

## PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURO 

**Senhores acionistas e demais interessados,**  
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**NOSSO DESEMPENHO****• Receitas operacionais**

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 2.280,5 milhões, com aumento de R\$ 445,0 milhões ou 24,2% em relação ao ano anterior.

**• Lucro líquido e por ação**

O lucro líquido totalizou em 2021 R\$ 229,0 milhões, registrando aumento de R\$ 51,8 milhões ou 29,2% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 15,05 em 2021 e R\$ 11,69 em 2020.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

As iniciativas socioambientais da Instituição têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

**AMBIENTE ECONÔMICO**

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte

do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros. A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Instituição segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócios para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

**AGRADECIMENTOS**

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

Nota explicativa	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>	<b>10.313.358</b>	<b>7.768.390</b>	<b>507.797</b>	<b>1.114.370</b>
Depósitos	952.089	459.294		
Depósitos interfinanceiros	568.632	459.294		
Depósitos a prazo	383.457			
Recursos de aceites e emissão de títulos	482.855	528.422		
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	482.855	528.422		
Relações Interfinanceiras	6.862.157	5.328.950		
Transações de pagamento	6.862.157	5.328.950		
Outras obrigações	2.016.257	1.451.724		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.615	981		
Sociais e estatutárias	8.447	8.605		
Fiscais e previdenciárias	120.221	54.931		
Provisão para pagamentos a efetuar	56.886	61.639		
Diversas	1.825.088	1.325.568		
<b>Não circulante</b>	<b>1.961.496</b>	<b>1.228.810</b>		
Depósitos	11	—		
Depósitos interfinanceiros	—	726.262		
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.918.842	461.678		
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	1.918.842	461.678		
Provisões para impostos e contribuições diferidas	157	840		
Outras obrigações	42.497	40.030		
Fiscais e previdenciárias	36.823	35.583		
Diversas	5.674	4.447		
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.177.290</b>	<b>1.029.706</b>		
Capital social	550.000	550.000		
Outros resultados abrangentes	(18)	(27)		
Reservas de lucros	627.308	479.733		
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>13.452.144</b>	<b>10.026.906</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>505.000</b>	<b>60.168</b>	<b>290.940</b>	<b>855.846</b>
Aumento de capital conforme AGE de 31 de janeiro de 2020	45.000	—	—	45.000
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	—	235	235
Lucro líquido do exercício	—	—	177.160	177.160
Destinações:				
Reserva legal	—	8.858	(8.858)	—
Reserva estatutária	—	119.767	(119.767)	—
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 2,83 por ação)	—	—	(43.064)	(43.064)
Dividendos mínimos (R\$ 0,36 por ação)	—	—	(5.471)	(5.471)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>550.000</b>	<b>69.026</b>	<b>410.707</b>	<b>1.029.706</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>550.000</b>	<b>60.168</b>	<b>290.940</b>	<b>63.062</b>
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	—	235	235
Lucro líquido do semestre	—	—	92.067	92.067
Destinações:				
Reserva legal	—	8.858	(8.858)	—
Reserva estatutária	—	119.767	(119.767)	—
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 1,38 por ação)	—	—	(21.033)	(21.033)
Dividendos mínimos (R\$ 0,36 por ação)	—	—	(5.471)	(5.471)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>550.000</b>	<b>69.026</b>	<b>410.707</b>	<b>1.029.706</b>
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R\$ 1,31 por ação)	—	(20.000)	(20.000)	—
Reconhecimento pagamento em ações	—	346	—	346
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	—	9	9
Lucro líquido do exercício	—	—	228.951	228.951
Destinações:				
Reserva legal	13 b	—	11.448	—
Reserva estatutária	13 b	—	155.781	—
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 2,83 por ação)	13 c	—	—	(47.208)
Dividendos intermediários (R\$ 0,36 por ação)	13 c	—	—	(14.514)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>550.000</b>	<b>80.474</b>	<b>546.488</b>	<b>1.177.290</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>550.000</b>	<b>69.026</b>	<b>390.707</b>	<b>1.177.290</b>
Reconhecimento pagamento em ações	—	—	187	187
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	—	9	9
Lucro líquido do semestre	—	—	104.128	104.128
Destinações:				
Reserva legal	13 b	—	11.448	—
Reserva estatutária	13 b	—	155.781	—
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 3,10 por ação)	13 c	—	—	(47.208)
Dividendos intermediários (R\$ 0,95 por ação)	13 c	—	—	(14.514)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>550.000</b>	<b>80.474</b>	<b>546.488</b>	<b>1.177.290</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>104.128</b>	<b>228.951</b>	<b>92.067</b>	<b>177.160</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>235</b>	<b>235</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:</b>				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	15	15	392	392
Efeitos tributários	(6)	(6)	(157)	(157)
<b>Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido</b>	<b>104.137</b>	<b>228.960</b>	<b>92.302</b>	<b>177.395</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 3**

## PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP


**PORTO  
SEGURO**

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

#### 1.1. OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Instituição segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos. A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 29,8% em dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

#### Ações Institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Instituição.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção do regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

#### 1.2. OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Instituição reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 2.858, sendo parte em reversão da totalidade do provisãoamento dos saldos relacionados as incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 684 em 2016 e benefícios tributários referente às despesas dos projetos incorridas nos montantes de R\$ 2.174 em 2020. Em complemento, a Instituição reconheceu o montante de R\$ 5.950 referente ao exercício corrente de 2021.

#### 1.3. OUTRAS INFORMAÇÕES - AQUISIÇÃO CONECTCAR

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 25 de junho de 2021 e 01 de outubro de 2021, a Instituição, assinou, com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa do Grupo Ultra, contrato para a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), no valor de R\$ 165.000. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R\$ 6.538, devolvidos para a Instituição. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R\$ 158.462.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA ("Purchase Price Allocation") que está em fase de elaboração.

#### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção da Resolução BACEN nº 4.747, que dentro outros assuntos, determina que os ativos não financeiros mantidos para venda devem ser avaliados pelo menor valor entre: i) o valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação ou amortização acumulada; ii) e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas. Os impactos não foram materiais e relevantes.

#### 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

#### 2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COAF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

#### 2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

#### 2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

##### 2.4.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Instituição classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

#### 2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Instituição, alocados em carteira própria, referem-se a "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo ("hedge de valor justo"), com as variações registradas em conta de resultado do período, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto do "hedge", na rubrica "Resultado com instrumentos derivativos".

O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3, no mínimo na data de encerramento do período de publicação. No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre o instrumento e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade, que deve manter-se entre 80% e 125%. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Instituição não possuía valores justos dos instrumentos derivativos.

#### 2.6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

#### 2.7. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

#### 2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito da reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

#### 2.9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer das ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 8).

#### 2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

#### 2.11. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

#### 2.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

#### 2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de exercício do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as instituições financeiras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

#### 3. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Instituição possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há o Comitê de Risco Integrado, que tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propõendo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chaves de riscos.

Em observância às regras do BACEN, a Instituição divulga o Conglomerado Prudencial e o relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa à estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (<http://ri.portoseguro.com.br>), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2022.

Vale destacar que decorrente da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Instituição, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e capital.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

#### 3.1. RISCO DE CRÉDITO

As exposições sujeitas ao risco de crédito constituem parte relevante dos riscos inerentes à Instituição, de tal modo ser fundamental uma análise criteriosa da qualidade da carteira de empréstimos e financiamentos, assim como das contrapartes do portfólio de investimento.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

#### 3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de stress;

#### • Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas

## PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF n° 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURONOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

(c) Por faixa de vencimento

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer		
Até 90 dias.....	9.150.240	7.392.015
De 91 a 360 dias.....	892.595	713.907
Acima de 360 dias.....	1.209.171	1.013.644
Vencidos		
Até 14 dias.....	628.170	74.064
Acima de 14 dias.....	1.043.667	760.863
	<b>12.923.843</b>	<b>9.954.493</b>

## (d) Concentração de crédito

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
1 a 10 maiores devedores.....	11.931	11.848
11 a 60 maiores devedores.....	29.229	26.019
61 a 160 maiores devedores.....	37.404	29.203
Demais devedores.....	<b>12.845.279</b>	<b>9.887.423</b>
	<b>12.923.843</b>	<b>9.954.493</b>

A Ata de Reunião da Diretoria da Instituição aprovou em 26 de fevereiro de 2021 e 30 de março de 2021, a distribuição de dividendos, sendo R\$ 5.471 relativos ao complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2020 e R\$ 20.000 intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Ata de Reunião da Diretoria da Instituição de 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, aprovou a distribuição de R\$ 47.208 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, pagos na mesma data de aprovação. Adicionalmente, a ATA da Reunião da Diretoria de 28 de dezembro de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de dividendos antecipados do exercício, no total de R\$ 14.514, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício.....	228.951	177.160
(-) Reserva legal - 5%.....	(11.448)	(8.858)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	<b>217.503</b>	<b>168.302</b>
Dividendos mínimos obrigatórios.....	<b>54.376</b>	<b>42.076</b>
JCP distribuídos - líquido.....	40.127	36.603
Dividendos mínimos e intermediários.....	14.514	5.471
Total de dividendos e JCP.....	<b>54.641</b>	<b>42.076</b>
Total por ação (R\$).....	<b>3,59</b>	<b>2,78</b>

## 14. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Cartão de crédito.....	504.537	901.060	320.381	171.240
Financiamentos.....	187.146	358.798	144.448	265.430
Empréstimos.....	50.759	89.248	33.473	70.178
Juros de mora.....	5.845	10.921	4.918	10.174
	<b>748.287</b>	<b>1.360.207</b>	<b>503.220</b>	<b>1.063.022</b>

## 15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receita de "interchange" (....)	278.617	503.744	200.078	367.122
Tarifas - "private label" .....	148.633	305.062	146.362	264.724
Outras.....	15.830	32.046	18.778	38.685
	<b>443.080</b>	<b>840.852</b>	<b>365.218</b>	<b>670.531</b>

(\*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

## 16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Processamento de dados.....	192.017	367.152	171.630	321.219
Comissões.....	45.675	109.695	51.660	95.623
Custo corporativo.....	14.977	27.973	11.169	22.288
Divulgações e publicidade.....	11.399	14.393	3.706	9.394
Infraestrutura e comunicação.....	4.836	9.368	4.017	8.126
Outras.....	10.928	32.326	21.361	37.066
	<b>279.832</b>	<b>560.907</b>	<b>263.543</b>	<b>493.716</b>

## 17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receitas de incentivo - cartão de crédito.....	31.948	43.088	2.103	7.143
Receita de variação cambial .....	5.112	6.832	4.279	33.045
Outras.....	5.698	8.825	5.988	10.424
	<b>42.758</b>	<b>58.745</b>	<b>12.370</b>	<b>50.612</b>

## 18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Programa de fidelização.....	74.037	126.579	38.977	103.903
Despesas bancárias e de cobrança.....	39.117	73.015	30.170	62.540
Desconto concedido.....	38.704	67.582	34.996	59.530
Certificações.....	22.162	50.631	29.222	53.723
Perdas com fraude.....	8.366	14.962	7.689	12.127
Frete.....	6.855	12.440	6.174	11.945
Despesas com recuperação..	7.675	12.432	4.164	7.923
Promoções .....	1.422	2.520	1.367	2.660
Despesas internacionais .....	560	1.276	138	392
Outras despesas .....	21.343	33.612	5.170	22.180
	<b>220.241</b>	<b>395.049</b>	<b>158.067</b>	<b>336.923</b>

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia, Azul e Porto Conecta;
- (iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;
- (iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporte;
- (vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Investimentos.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Grupo Porto Seguro "private label" .....	1.607.688	1.208.903
Porto Cia.....	10.537	6.810
Portopar.....	69	-
Itaú Unibanco		
Depósitos interfinanceiros .....	545.409	664.751
Letras financeiras .....	743.640	281.848
	<b>2.907.343</b>	<b>2.162.312</b>

## 20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período. A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

**PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

**PORTO  
SEGURO**

—★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro atribuível aos acionistas da Instituição .....	104.128	228.951	92.067	177.160
Média ponderada do número de ações durante o período .....	15.217	15.217	15.154	15.154
<b>Lucro básico e diluído (R\$) .....</b>	<b>6.84287</b>	<b>15.04574</b>	<b>6.07556</b>	<b>11.69090</b>

**21. OUTRAS INFORMAÇÕES**

## (a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Instituição abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

**DIRETORIA**ROBERTO DE SOUZA SANTOS  
Diretor PresidenteCELSO DAMADI  
Diretor Vice-Presidente - Financeiro,  
Controladoria e InvestimentosLENE ARAÚJO DE LIMA  
Diretor Vice-Presidente -  
Corporativo e InstitucionalMARCOS ROBERTO LOUÇAO  
CEO - Negócios FinanceirosTIAGO VIOLIN  
Diretor de NegócioADRIANA PEREIRA CARVALHO  
SIMÕES  
Diretora Jurídica e RiscosRAFAEL VENEZIANI KOZMA  
Diretor de ControladoriaDANIEL MENDES CASSIANO  
Diretor de NegócioADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA  
Diretor de NegócioRICARDO KAORU INADA  
Diretor de NegócioPAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON  
Diretor de NegócioNELSON SANTOS AGUIAR  
Diretor de NegócioJOSÉ JÚLIO CARVALHO DE MELO  
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido  
em nossa auditoria****Provisão para operações de créditos de liquidação dívidosa (Notas 2.6, 3.1 e 7)**

A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação dívidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requirementes da regulamentação vigente, a Instituição mantém modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido desse modelo interno é comparado ao resultado apurado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e se necessário utilizado de modo incremental para complemento da provisão.

Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois a aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Assuntos

**Ambiente de Tecnologia da Informação**

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Instituição. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

**pwc**

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP00160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2



# Cartão de Crédito que dá até 10% de desconto no seguro do carro?

Quem tem Porto, tem  
 Cartão de Crédito

Consulte o seu Corretor ou acesse [www.portoseguro.com.br](http://www.portoseguro.com.br)**PORTO  
SEGURO**Produto sujeito a análise de crédito, consulte condições no site: [www.portoseguro.com.br/cartao](http://www.portoseguro.com.br/cartao). Portoseg S.A Crédito, Financiamento e Investimento. CNPJ: 04.862.600/0001-10 SAC: 0800 727 2769 (Informações, reclamações e cancelamento) | 0800 701 5582 exclusivo para deficientes auditivos). Ouvidoria: 0800 727 1184 (horário de atendimento das 8h15 às 18h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados).Esta publicação é certificada pelo Estadão, foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code a lado ou pelo site: <https://estadori.estadao.com.br/publicacoes>